

# Superior Tribunal de Justiça

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.197 - RS  
(2018/0264879-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**REQUERENTE : LUCIO MACHADO FONTOURA**  
**REQUERENTE : ADALBERTO LIBÓRIO BARROS FILHO**  
**ADVOGADOS : GENARO JOSÉ BARONI BÓRGES E OUTRO(S) - RS004471**  
**PATRÍCIA ZOCH LOPES - RS038027**  
**LÚCIO MACHADO FONTOURA - RS035747**  
**REQUERIDO : ASSIS MARINHO DA SILVA JUNIOR**  
**REQUERIDO : GLAUCIA DORIZETI ENDRES**  
**ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO ZIRBES E OUTRO(S) - RS048111**

## DECISÃO

Por petição de fls. e-STJ 1.392/1.400, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil requer seu ingresso na qualidade de *amicus curiae*, sob a justificativa de que a fixação de honorários advocatícios sem a observância dos critérios legais repercute no seio da advocacia e, portanto, enseja sua intervenção no feito.

Ocorre que a participação do *amicus curiae* é prevista no ordenamento jurídico no processo e julgamento de ações de natureza objetiva, admitindo-se essa espécie de intervenção, excepcionalmente, no processo subjetivo quando a multiplicidade de demandas similares demonstrar a generalização da decisão a ser proferida. No caso em exame, todavia, se trata de recurso especial discutindo direito individual ao recebimento de verba advocatícia.

Ressalto que o deferimento do pedido, no caso presente, levaria à possibilidade de participação da OAB como *amicus curiae*, ao menos em tese, em todos os demais recursos em que se discute honorários advocatícios, o que não encontra amparo na legislação processual.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL - INTERVENÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DA OAB - *AMICUS CURIAE* - CAUSA DE PEDIR NÃO MAIS SUBSISTE - AUSÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO - REQUISITOS DA INTERVENÇÃO NÃO PREENCHIDOS.

1. Tornada sem efeito decisão anterior que havia motivado o Conselho Federal da OAB a pleitear o ingresso no feito na condição de *amicus curiae*, revela-se descabida a pretendida intervenção.
2. Ação de natureza subjetiva, envolvendo valor de honorários, não

justifica intervenção do Conselho Federal da OAB, porque a questão não é em tese e sim pertinente as partes, presentes os elementos necessários à compreensão da controvérsia.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EREsp 1019178/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, DJe 20.5.2013);

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO QUE FIXOU DE FORMA GENÉRICA OS PRESSUPOSTOS FÁTICOS EXIGIDOS PELO ART. 20, §3º, "A", "B" E "C", DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. VALOR DA CAUSA QUE POR SI SÓ NÃO POSSIBILITA A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. INGRESSO DO CONSELHO FEDERAL DA OAB COMO *AMICUS CURIAE*. INDEFERIMENTO. INTERESSE SUBJETIVO DA PARTE. PRECEDENTES.

(...)

3. No que tange à petição (e-STJ fls. 2.016-2.038) do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil na qual requer sua admissão no feito na condição de *amicus curiae*, indefiro o pedido, tendo em vista que, conforme já decidido nos autos do AgInt no REsp nº 1.607.188, de relatoria do Ministro Benedito Gonçalves, da Primeira Turma desta Corte, DJe de 27/11/2017, a atuação como *amicus curiae* "é prevista para as ações de natureza objetiva, sendo excepcional sua admissão no processo subjetivo quando a multiplicidade de demandas similares indicar a generalização do julgado a ser proferido, o que não é o caso dos autos, em que se discute a verba honorária fixada em favor dos ora agravantes". Nesse sentido: AgInt no AREsp 884.372/ES, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 14/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp 1.307.229/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 07/03/2013; AgInt na Pet no REsp 1.567.179/RS, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), Segunda Turma, DJe de 18/08/2016; AgInt no REsp 1370801/PE, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 06/04/2017, DJe 02/05/2017.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1614654/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 26.2.2018);

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO

# Superior Tribunal de Justiça

ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. ACÓRDÃO QUE REGISTROU A OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS LEGAIS DE FIXAÇÃO DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. FAZENDA PÚBLICA SUCUMBENTE. RESP. 1.155.125/MG, JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973. INTERVENÇÃO DA CFOAB COMO AMICUS CURIAE. INDEFERIMENTO.

(...)

3. A discussão de adequação de honorários de advogado tem cunho meramente subjetivo das partes, o que não revela o interesse jurídico que justifique a admissão no feito do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na condição de amicus curiae. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.370.801/PE, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/5/2017.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1607188/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 27.11.2017);

AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERVENÇÃO DE AMICUS CURIAE. DESCABIMENTO.

1. Não estando o presente recurso submetido ao rito dos recursos repetitivos e nem se incluindo na hipótese de multiplicidade de demandas similares a demonstrar a generalização da decisão, não há previsão legal para a inclusão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB na condição de amicus curiae, notadamente porquanto em discussão direito individual ao recebimento de verba advocatícia.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na PET no AREsp 151.885/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 4.2.2013).

Em face do exposto, indefiro o pedido de intervenção no processo como *amicus curiae*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora